

Relatório de Execução Física

IMPORTANTE: projetos com eventual proteção patentária devem zelar pelo sigilo de informações sensíveis que podem estar presentes nos campos título do projeto, objetivo geral e específicos, metas e resultados, cuja divulgação pode comprometer proteção patentária, além de indicar a competidores a trajetória tecnológica que a instituição está adotando.

Projetos que envolvem acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, a divulgação de resultados, finais ou parciais, em meio científico ou de comunicação, depende de cadastro prévio do projeto no Sisgen.

N.º do Processo SEI: 25380.005552/2024-93.

Subunidade/Unidade: VPAAPS/ Presidência.

TED: 001/2024.

Contrato nº: 23/2025.

Vigência do contrato: 17/01/2025 a 17/01/2027.

Projeto Fiotec: VPAAPS-005-FIO-25.

Coordenador Geral do contrato: Guilherme Franco Netto; SIAPE: 0519807.

Valor total do contrato: R\$ 20.000.000,0 (vinte milhões de reais).

Período deste relatório: 15/02/2025 a 15/04/2025.

1. Objeto da contratação:

Realizar ações para implantação da governança do Plano de Ação do Desenvolvimento Sustentável da Terra Indígena Yanomami, para fomentar a promoção do bem viver dos povos Yanomami e Y'ekwana.

2. Objetivos Geral e Específicos do Projeto:

2.1. Objetivo geral: Promover ações de vigilância popular em saúde, como espaços de formação, oficinas, seminários e/ou qualquer formato que seja entendido como próprio para a discussão do tema, nos territórios.

2.2. Objetivo específicos:

- 1) Implantar um sistema de governança robusto para que o projeto atinja seu objetivo de forma participativa com protagonismo indígena;
- 2) Realizar o monitoramento de ações educativas de formação continuada, valorização de saberes e pedagogias próprias na abordagem da interculturalidade;
- 3) Fortalecer o monitoramento das ações de Proteção Social junto aos Yanomami e Ye'kwana;
- 4) Aprimorar a segurança alimentar e nutricional na perspectiva da Agroecologia Indígena;

5) Desenvolver estratégias para a promoção de ações para a gestão ambiental e territorial da TI Yanomami.

3. Execução

O presente projeto vem sendo executado em acordo com as metas e atividades em consonância com os termos pactuados no Contrato, a saber:

3.1. Execução Física e Financeira

META	EXECUÇÃO FÍSICA		VALOR DA META R\$	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
	% REALIZADO	% A REALIZAR		VALOR EXECUTADO R\$	VALOR A EXECUTAR R\$
1 – Implantar Comitê de Governança gestão participativa e protagonismo indígena no projeto	12%	88%	5.381.725,00	95.536,00	5.286.189,00
2 – Promover o acompanhamento e monitoramento de ações educativas de formação continuada, valorização de saberes e pedagogias próprias	12%	88%	3.270.926,00	47.750,00	3.223.176,00
3 – Fortalecer o monitoramento das ações de Proteção Social junto aos Yanomami e Ye'kwana	12%	88%	3.718.233,00	194.031,00	3.524.202,00
4 – Fomentar Segurança alimentar e nutricional na perspectiva da Agroecologia Indígena	12%	88%	3.270.926,00	87.728,00	3.183.198,00
5 – Desenvolver estratégias para a gestão ambiental e territorial da TI Yanomami	12%	88%	4.358.189,00	74.955,00	4.283.234,00

4. Resultados Alcançados:

Resultados Alcançados no período - META 1

A oficina foi considerada um sucesso, com alcance pleno dos seus objetivos, com 69 participantes, foi essencial para o desenvolvimento do planejamento das ações da Meta 1. Durante o processo, foram mapeados 24 atores diretamente envolvidos, e o plano de ação foi detalhado, com a definição de ações, metas e responsabilidades por cada atividade da meta. A oficina também foi importante para iniciar o planejamento das estratégias de monitoramento, com foco no acompanhamento do progresso em relação ao cronograma, orçamento, indicadores

de desempenho e a implementação do comitê de governança. O planejamento promoveu a integração entre os diferentes atores, fortalecendo a articulação entre a FUNAI e Fiocruz, garantindo a transparência e a legitimidade das ações pensadas na oficina. Por fim, o grupo propôs a criação dos Comitês Consultivo e Deliberativo, que serão instâncias fundamentais para o desenvolvimento de todas as demais metas do TED. Ademais, foi feito o primeiro delineamento para a definição de indicadores estratégicos, como protagonismo indígena e valorização do conhecimento intercultural. Os resultados estão detalhados abaixo, de acordo com a numeração da atividade, a partir do que foi produzido em seus respectivos planos de ação durante a oficina.

META 1 – ATIVIDADE 1.1

· **Construção da Oficina de Planejamento** – Os principais resultados da construção da Oficina de Planejamento incluem a definição da metodologia da oficina, com base no monitoramento das cinco metas do projeto, e o levantamento das oito cooperações em desenvolvimento na TI Yanomami. Também foi realizada a organização dos participantes em grupos de trabalho, de acordo com as metas que irão acompanhar ao longo da execução do projeto. O mapeamento dos atores envolvidos no monitoramento de cada meta também foi realizado. O mapa conta com 5 camadas: 1) Público beneficiário; 2) Território; 3) Coordenação regional e local; 4) Funai; 5) Fiocruz. Foi ainda providenciado um mapa territorial para que, durante a oficina, cada grupo pudesse espacializar as informações levantadas. A partir desse instrumento elaborou-se o modelo de plano de ação a ser utilizado para detalhar as atividades vinculadas a cada uma das metas. O plano de ação foi desenvolvido com base na metodologia da Matriz RACI, que organiza de forma clara as responsabilidades dos envolvidos nas ações propostas. A matriz define o que será feito, por quem, como e quando, distribuindo papéis entre diferentes atores — como lideranças locais, associações, instituições parceiras, órgãos governamentais, FUNAI e FIOCRUZ — nas categorias de responsável (R), consultado (C) e informado (I). As ações são detalhadas por entregas, com responsáveis definidos para a execução, e um cronograma distribuído trimestralmente entre os anos de 2025 e 2026, permitindo planejamento, monitoramento e acompanhamento contínuo das atividades. Por fim, foi construída a programação metodológica da oficina, incluindo as dinâmicas em grupo e os instrumentos de apoio ao trabalho coletivo.

· **Oficina de Planejamento** – O primeiro dia da Oficina de Planejamento foi marcado pela integração entre os participantes e apresentação dos representantes da Funai e Fiocruz sobre o projeto. A abertura do encontro foi conduzida por Lucia Alberta, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI, que deu as boas-vindas aos participantes. Na sequência, a presidenta da FUNAI, Joênia Wapichana, reforçou a importância desta cooperação no enfrentamento da crise vivida pelos povos Yanomami e Ye'kwana, destacando a relevância da união dos diferentes saberes na construção de ações voltadas ao bem-viver desses povos. Também participou da abertura Guilherme Franco Netto, coordenador da área de saúde e ambiente da VPAAPS. Em consonância com as palavras da presidenta, o coordenador destacou a necessidade de um olhar ampliado sobre a saúde para promoção do bem-viver dos povos Yanomami e Ye'kwana e lembrou a trajetória da Fiocruz na criação e fortalecimento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Após as apresentações institucionais, a convidada, Clarice Jabour (Ministério dos Povos Indígenas - MPI), traçou um panorama do cenário da TI Yanomami, perpassando a diversidade étnica/cultural dos povos, seus modos de vida, os conflitos territoriais e as dificuldades logísticas enfrentadas no trabalho na TI Yanomami. Além das equipes da Funai e Fiocruz ligadas aos projetos, também estiveram presentes representantes do MPI e Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). Durante o período da tarde, os participantes foram divididos em grupos de trabalho de acordo com divisão prévia por metas. Os grupos avançaram na definição da estrutura de governança do projeto através da identificação e mapeamento dos atores envolvidos em cada uma das metas.

Ao total, foram mapeados 167 atores. No segundo dia, foi feito o detalhamento dos planos de ação referentes às atividades previstas em cada uma das metas. Já no último dia, os grupos apresentaram suas propostas para a estrutura de governança do projeto. Especificamente no âmbito da Meta 1 foi enfatizada a criação dos comitês consultivo e deliberativo, além da indicação de criação de indicadores estratégicos para medir como o projeto está atendendo as premissas do protagonismo indígena e a valorização do conhecimento intercultural.

Plano de Ação 1.1 – A construção do plano de ação da atividade 1.1 teve início com o debate sobre estratégias de monitoramento e governança, visando estabelecer um entendimento comum entre os participantes. Ao refletir sobre os objetivos da atividade e retornar ao mapeamento dos 24 atores-chave e formas de acompanhamento, compreendeu-se que é necessária a instituição de dois níveis complementares de atuação: um técnico-administrativo, voltado à gestão interna do projeto, e outro territorial-participativo, focado na escuta e validação pelos povos impactados. Desse processo emergiu uma proposta consensual de governança baseada em duas estruturas: o comitê deliberativo, formado pela diretoria da Funai e pela coordenação do TED (Fiocruz) para decisões estratégicas – podendo contar com a participação dos demais atores, caso necessário. O comitê consultivo, composto por associações indígenas, coordenações temáticas e representantes da FUNAI e Fiocruz, responsável por validar ações conforme o Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana. O cronograma de implementação das ações foi organizado em etapas distribuídas entre abril e setembro de 2025. Em abril e maio, estão previstas a definição das informações a serem compartilhadas e dos canais de comunicação, bem como a elaboração das minutas de portaria para formalização do comitê deliberativo. Em junho, deverá ser realizada uma oficina no território com as associações indígenas para validar a estrutura e a composição dos comitês. A publicação da portaria do comitê deliberativo pela Fiocruz foi indicada para julho, seguida, em agosto, pela redação da minuta de portaria do comitê consultivo. Por fim, em setembro, pretende-se realizar a publicação formal desse segundo colegiado e a definição das próximas reuniões, conforme demandas do TED. Como próximos passos, prevê-se ainda a definição de fluxos de diálogo, estratégias de comunicação adaptadas e reuniões iniciais no primeiro semestre de 2025. Complementarmente, foram sugeridas medidas como a criação de uma Plataforma de Acompanhamento (PAM), produção de boletins informativos, engajamento de comunicadores indígenas e elaboração de regimento interno para normatizar o funcionamento dos colegiados e instituir o fluxo de comunicação do projeto.

META 1 – ATIVIDADE 1.2

Plano de Ação 1.2 – A elaboração do plano de ação da atividade 1.2 partiu de uma reflexão do grupo sobre o conceito de protagonismo indígena, entendido como a autonomia e tomada de decisão dos povos indígenas e a valorização de seus saberes tradicionais. Consolidou-se a visão de que esse protagonismo deve ser um princípio transversal em todas as metas do TED, não se limitando à Meta 1, e que precisa ser mensurável por meio de mecanismos e indicadores concretos. Foram definidas oito ações para a implementação da atividade: (1) levantar e mapear as iniciativas locais e institucionais (abr./jun. 2025); (2) sistematizar os dados encontrados (jul./set. 2025); (3) elaborar diagnóstico para subsidiar o processo decisório (jul./set. 2025); (4) estabelecer critérios qualitativos e quantitativos para definir o protagonismo indígena (out./dez. 2025); (5) criar um documento norteador (out./dez. 2025); (6) apresentar os critérios e capacitar as equipes (out./dez. 2025); (7) revisar os documentos dos outros instrumentos de cooperação da Funai para inclusão de novos indicadores (out./dez. 2025); e (8) realizar o monitoramento periódico dos critérios (a partir de jan./jun. 2026). A análise RACI indica que a Coordenação Geral tem a responsabilidade por a maior parte das ações, com apoio da Direção e da Coordenação de Metas. As lideranças da região, associações indígenas e instituições parceiras são majoritariamente consultadas e informadas ao longo de todo o processo, reforçando a articulação intersetorial e a escuta ativa dos povos indígenas. Os comitês consultivo e deliberativo, além da FUNAI e Fiocruz, também

desempenham papéis centrais na validação e acompanhamento dos critérios. Por sua relevância transversal, a atividade foi classificada como prioritária e deverá ser implementada em articulação com a Atividade 1.1, assegurando que o protagonismo indígena seja um eixo estruturante em todo o TED.

META 1 – ATIVIDADE 1.3

· **Plano de Ação 1.3** – A atividade 1.3 resultou no delineamento de um fluxo para a solicitação e execução de estudos técnicos do projeto. O fluxo foi estruturado em sete ações: 1) sistematização de documentos e demandas existentes (abr./jun. 2025), 2) produção de modelos-padrão a partir de documentos já utilizados (abr./jun. 2025), 3) elaboração e publicação de chamada pública pela Fiocruz (jul./set. 2025), 4) acompanhamento do processo e seu desenvolvimento (jul./dez. 2025), 5) monitoramento e avaliação contínua dos estudos em andamento (jan./dez. 2026), 6) consolidação de relatório final com recomendações para aprimoramento das ações (jan./jun. 2027) e 7) avaliação das demandas conforme os critérios do TED e o Protocolo das Instituições (abr./dez. 2025). A análise RACI demonstra que para essa atividade a Fiocruz tem papel central nas ações, sobretudo na elaboração da chamada pública e no acompanhamento técnico. A FUNAI será consultada ou informada em momentos estratégicos, especialmente na publicação, avaliação e monitoramento. A responsabilidade direta recai sobre as coordenações, geral e das demais metas, enquanto os comitês deliberativo e consultivo são envolvidos no momento de avaliação e proposição de melhorias. Como encaminhamento, foi acordado que a coordenação geral também será responsável pela padronização e manuseio do fluxo, bem como pela solicitação e alinhamento para elaboração do treinamento das equipes envolvidas, com vistas à uniformidade dos processos. O detalhamento completo do fluxo será aprofundado nas próximas etapas dessa atividade.

META 1 – ATIVIDADE 1.4

· **Plano de Ação 1.4** – A principal contribuição da atividade foi o reconhecimento coletivo de que o conhecimento intercultural se constrói por meio da articulação entre saberes tradicionais dos povos indígenas e o conhecimento científico ocidental, resultando em soluções mais potentes e contextualizadas. A partir de exemplos concretos apresentados durante a discussão, como os casos de melhoria na produção de pescado e farinha por meio da troca de saberes entre indígenas e parceiros, evidenciou-se o potencial transformador dessa abordagem. Os participantes identificaram que já existem experiências em curso que promovem esse tipo de intercâmbio, ainda que de forma não sistematizada. Com base nisso, foram definidas seis ações: 1) mapear e sistematizar iniciativas já em desenvolvimento e articular com os intérpretes ligados a meta de educação (jul./set. 2025), 2) identificar lacunas e desafios nos processos interculturais (out./dez. 2025), 3) democratizar o acesso ao conhecimento e ampliar a troca de saberes (jan./jun. 2026), 4) definir estratégias e vídeos para divulgação, articulando com núcleos audiovisuais indígenas (jul./dez. 2026), 5) elaborar materiais e cartilhas para comunicação externa e interna (jan./jun. 2027), 6) consolidar relatório final com recomendações para aprimorar as ações educativas (jul./dez. 2027). A análise RACI indica que a coordenação geral e Fiocruz são as principais responsáveis por essas etapas, assumindo o papel de execução e coordenação. Os órgãos governamentais e a FUNAI são informados e/ou consultados, especialmente nas etapas de democratização do conhecimento e divulgação. As lideranças e instituições parceiras serão participadas e contempladas no processo por meio do comitê consultivo, garantindo escuta qualificada e validação sociocultural. Como encaminhamento, foi apontada a necessidade de realizar um diagnóstico das ações existentes, aproximar-se dos intérpretes que atuam como mediadores interculturais e considerar essa dimensão nos fluxos de informação do projeto. Também foi consensuado que as estratégias formuladas deverão ser submetidas ao comitê consultivo, de forma a garantir além da escuta e validação coletiva, o respeito à diversidade cultural dos povos envolvidos.

Resultados alcançados no período - META 2

Como principais resultados da meta 2, destacam-se o mapeamento de 29 atores-chave, a ideia de criação de um comitê de gestão compartilhada das ações vinculadas a cada uma das atividades, o alinhamento de cronogramas e a sistematização das informações geradas pelos parceiros executores, bem como a identificação da necessidade de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento e acompanhamento da execução e do impacto das ações no território. Também foi identificada a necessidade de espacializar as ações educativas, com a construção de um mapa territorial que possa facilitar o acompanhamento e integração das atividades. A articulação entre as diferentes instituições envolvidas, como FUNAI, Fiocruz e outros parceiros, foi destacada como importante para garantir que os projetos educativos sejam implementados de forma integrada e alinhada aos objetivos do projeto. A participação ativa das lideranças locais foi, por sua vez, apontada como essencial, especialmente no processo de aprovação das ações posteriores. Abaixo, encontram-se os resultados detalhados e numerados de acordo com o plano de ação produzido para cada uma das atividades.

META 2 – ATIVIDADE 2.1

- **Plano de ação 2.1** – O planejamento da atividade 2.1 partiu do mapeamento de atores identificados para a meta 2 e evoluiu para a definição de um conjunto de ações prioritárias para o acompanhamento das ações educativas no território – que têm sido desenvolvidas no âmbito dos objetivos da atividade 2.1, pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR) e pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Entre os resultados, destacam-se a identificação de : 1) alinhar agendas com executores e discutir projetos pedagógicos (abr./jun. 2025), 2) identificar ações de formação inicial e continuada por parceiro (abr./jun. 2025 e jul./set. 2025), 3) monitorar a execução das ações formativas, com relatórios parciais e avaliações (abr./jun. 2025); 4) elaborar metodologia de monitoramento e sistematização dos dados (abr./jun. 2025); 5) localizar geograficamente ações e comunidades atendidas (sem previsão definida); 6) contribuir para construção de proposta formativa voltada à equipe de intérpretes, em articulação com a Meta 3 (abr./jun. 2025). A análise RACI indica que a responsabilidade principal está com o grupo responsável pela meta, com participação ativa das instituições de ensino na execução das ações. Órgãos de governo e parceiros institucionais são informados ou consultados conforme a etapa de implementação. As lideranças da região também são envolvidas, especialmente nas ações que envolvem territorialização e diálogo com as comunidades. A FUNAI e a Fiocruz atuam como instâncias de articulação e acompanhamento estratégico.

META 2 – ATIVIDADE 2.2

- **Plano de ação 2.2** – No plano de ação da atividade 2.2, foram definidas cinco ações prioritárias voltadas ao monitoramento das estratégias de intercâmbio e diálogo de saberes dos povos Yanomami e Ye'kwana em processos educativos comunitários. As ações envolvem tanto jovens quanto anciões e especialistas indígenas, incluindo experiências desenvolvidas nos espaços comunitários de saberes. As ações previstas são: 1) alinhar agendas com os parceiros executores para organização do cronograma de entregas e discussão sobre cada processo formativo (abr./jun. 2025), 2) identificar as ações de processos educativos comunitários por parceiro responsável, considerando atividades concluídas, em andamento ou previstas (abr./jun. 2025), 3) solicitar relatórios técnicos parciais que incluam avaliações processuais realizadas por docentes e cursistas (abr./jun. 2025), 4) elaborar uma metodologia para monitoramento e sistematização dos dados gerados a partir das ações educativas comunitárias (abr./jun. 2025), 5) localizar geograficamente cada ação educativa no território,

identificando os espaços comunitários e os territórios atendidos (sem previsão definida). Além dessas ações, foi indicada a necessidade de criação de um comitê de acompanhamento das ações, com o objetivo de suprir uma lacuna identificada na estrutura atual de monitoramento técnico da atividade. A análise RACI mostra que a responsabilidade pela implementação está com o grupo da meta, em parceria com instituições de ensino superior envolvidas na execução. Lideranças da região são consultadas ou informadas conforme a natureza da ação. Órgãos governamentais, FUNAI e Fiocruz são informados e consultados, garantindo a articulação institucional. A Fiocruz também deve participar da coordenação e sistematização das ações.

META 2 – ATIVIDADE 2.3

- **Plano de ação 2.3** – No plano de ação da atividade 2.3 foram definidas cinco ações prioritárias: 1) realização de oficinas de escuta ativa com docentes indígenas nos respectivos territórios, conforme previsto nas atividades 2.1 e 2.2 (abr-jun/2025 e nov/2025), 2) articulação de uma agenda para sistematização conjunta de dados e indicadores sobre educação indígena, com apoio de instâncias federais e mediação interinstitucional (abr-jun/2025 e out-dez/2025), 3) organização de um evento presencial no território indígena para diálogo entre instituições parceiras e lideranças locais, com apresentação de ações realizadas (mar/2026), 4) promoção de reuniões entre instâncias federais e Secretarias Estaduais de Educação de Roraima e Amazonas, com o objetivo de planejar os desdobramentos das ações previstas no território, 5) fortalecimento das escolas indígenas localizadas no território Yanomami, a partir das atividades realizadas no âmbito dos instrumentos de cooperação da Funai. A matriz RACI elaborada para essas ações indicou que a FUNAI exerce o papel de aprovadora nas ações 1, 2, 4 e 5, enquanto a aprovação da ação 3 fica a cargo das lideranças locais. Essas lideranças também serão consultadas nas ações territorializadas. Na visão do grupo, Órgãos governamentais e instituições parceiras foram identificados majoritariamente como consultados, e a Fiocruz figura principalmente como informada, no entanto, enquanto seu papel de apoio técnico e metodológico, deve também ser consultada em todos os processos. O arranjo evidencia uma gestão compartilhada entre instituições e instâncias locais, com foco no fortalecimento da política de educação escolar indígena.

Resultados alcançados no período - META 3

Como principais resultados da Meta 3, destaca-se o mapeamento de 63 atores-chave envolvidos nas ações de proteção social no território Yanomami, o que permitiu um panorama geral da rede de parceiros. A divisão estratégica do grupo em subgrupos focados nas atividades 3.1 e 3.2, voltadas à documentação civil, seguridade social e atendimento multilíngue, e nas atividades 3.3 e 3.4, voltadas ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, com ênfase em saneamento e saúde sexual e reprodutiva, se deu pela complexidade das atividades e pelo número de participantes. Isso indica um ponto de atenção para o desenvolvimento do trabalho. Além disso, foi identificada a necessidade de aprimorar a articulação interfederativa para fortalecer as ações de saúde e saneamento nas comunidades Yanomami. Também se destacou a proposta de um comitê de monitoramento para acompanhar as ações de saneamento e saúde, garantindo que as iniciativas sejam realizadas de forma coordenada e eficaz. A definição de um cronograma de execução e a identificação da necessidade de métodos de monitoramento para as atividades em andamento também foram resultados importantes alcançados pelo grupo da meta 3. A colaboração entre as diferentes instituições, como FUNAI, Fiocruz, SESAI/MS e outros parceiros, foi destacada como relevante para garantir o sucesso do projeto, e, principalmente, dessa meta, assim como a participação ativa das lideranças locais, principalmente no processo de validação das ações no território. Abaixo, encontram-se os resultados detalhados, incluindo cronograma, de acordo com o plano de ação produzido para cada uma das atividades.

META 3 – ATIVIDADE 3.1

- **Plano de ação 3.1** – O planejamento das ações da Atividade 3.1 partiu do mapeamento de atores e evoluiu para definição de 15 ações necessárias ao desenvolvimento da atividade. As ações são: 1) definir o horário de atendimento (abril de 2025); 2) revisar o formulário de triagem social (abril de 2025); 3) avaliar o formulário de atendimento tanto na cidade quanto no território (abril de 2025); 4) elaborar um plano de encaminhamentos para a rede socioassistencial (maio de 2025); 5) propor um fluxo interinstitucional de atendimento (maio de 2025); 6) alinhar a rede interinstitucional e os fluxos de encaminhamento (maio de 2025); 7) coordenar a entrega de relatórios com respostas dos formulários (junho de 2025); 8) identificar as atribuições da frente de proteção e das coordenações gerais (junho de 2025); 9) estruturar o fluxo interno da FUNAI, com definição clara das atribuições de cada departamento (junho de 2025); 10) estruturar o fluxo de articulação com a Previdência Social e o CEAR (junho de 2025); 11) organizar o planejamento de trânsito para a cidade (junho de 2025); 12) planejar a logística das ações no território (junho de 2025); 13) programar o acompanhamento das triagens e dos atendimentos no território (julho de 2025); 14) articular ações com associações e instituições presentes no território – ação contínua, com atualizações previstas entre setembro de 2025 e dezembro de 2027; e 15) consolidar informações trimestrais sobre os atendimentos realizados – também de natureza contínua, com entregas previstas entre setembro de 2025 e dezembro de 2027. Com apoio da matriz RACI, o grupo indicou que a FUNAI desempenha papel de aprovadora na maioria das ações, enquanto órgãos governamentais e instituições parceiras foram apontados majoritariamente como consultados. As lideranças e associações indígenas foram incluídas como informadas ou consultadas, de acordo com o perfil territorializado de cada ação. A Fiocruz foi indicada como instituição informada, com contribuição técnica ao longo de todo o processo. O plano de ação também identificou como pontos críticos a estruturação da rede de encaminhamentos e a gestão do atendimento multilíngue, aspectos que deverão ser aprofundados nas próximas etapas de implementação da atividade.

META 3 – ATIVIDADE 3.2

- **Plano de ação 3.2** – A partir do plano de ação da atividade 3.2, foram definidas nove ações prioritárias voltadas ao aprimoramento do monitoramento das ações de seguridade social e documentação civil em perspectiva interfederativa. São elas: 1) realização de reunião para definição da função dos intérpretes no processo de qualificação dos atendimentos, prevista para abril de 2025; 2) elaboração do plano de trabalho dos intérpretes (abril–maio/2025); 3) elaboração do plano de formação (junho/2025); 4) contratação dos intérpretes (junho–julho/2025); 5) inclusão dos intérpretes nos conselhos de assistência social (julho–agosto/2025); 6) articulação interna da Meta 3 para alinhamento sobre seguridade e documentação civil (agosto/2025); 7) estruturação das formações indigenistas para a rede intersetorial (setembro/2025); 8) realização das formações com profissionais da rede (outubro–dezembro/2025); e 9) elaboração de materiais informativos nas sete línguas faladas pelos Yanomami e Ye'kwana (janeiro–março/2026). A matriz RACI construída para essas ações atribuiu à *Gerência de Intérpretes* a responsabilidade por grande parte das entregas, com a FUNAI atuando como aprovadora e as lideranças indígenas envolvidas nas ações de impacto territorial. O cronograma estruturado garante a execução gradual das atividades ao longo de um ano, promovendo uma abordagem articulada e culturalmente qualificada na implementação das políticas públicas.

META 3 – ATIVIDADE 3.3

- **Plano de ação 3.3** – Na avaliação do grupo, a atividade 3.3 aborda dois eixos prioritários: saneamento básico, com ênfase na destinação de resíduos sólidos e acesso à água potável, e atenção especializada à saúde sexual e reprodutiva, com foco em gestantes e crianças de 0 a 1 ano. Dada a especificidade de cada tema, ainda que interconectados, optou-se por tratá-los separadamente no plano de ação, com estratégias distintas. No eixo do

saneamento, foram planejadas 9 ações. São elas: 1) elaborar diagnóstico sobre a situação do saneamento básico nas comunidades (março/2025); 2) realizar levantamento situacional, com a convocação da SESAI, Defesa Civil, Secretarias de Meio Ambiente e Assistência Social, lideranças e associações para identificar ações em andamento sobre saneamento (março/2025); 3) entregar o diagnóstico sobre a situação do saneamento (junho/2025); 4) definir onde será implementado o projeto piloto com base no diagnóstico (julho/2025); 5) realizar atividades educativas sobre destinação de resíduos sólidos, com apoio das Secretarias de Saúde, Meio Ambiente e associações (setembro/2025); 6) monitorar as ações dos multiplicadores e identificar novos educadores em saneamento na Terra Indígena Yanomami (outubro/2025); 7) acompanhar a constituição do comitê de monitoramento do projeto piloto (outubro/2025); 8) elaborar materiais educativos sobre destinação de resíduos sólidos (maio a junho/2025); e 9) realizar oficinas de formação com lideranças sobre saneamento e resíduos sólidos (julho a agosto/2025). Já no eixo da atenção à saúde sexual e reprodutiva, voltado principalmente às mulheres Yanomami e Ye'kwana, foram propostas 7 ações: 10) realizar levantamento das demandas mais frequentes sobre saúde sexual e reprodutiva nos atendimentos na TIY (julho a agosto/2025); 11) levantar as ações atualmente desenvolvidas nas cidades sobre saúde sexual e reprodutiva (julho a agosto/2025); 12) identificar as principais demandas das mulheres a partir de atendimentos realizados em Encontros de Mulheres (julho a agosto/2025); 13) consolidar as demandas junto às redes de atenção à saúde e rede intersetorial nas cidades de referência (agosto/2025); 14) elaborar uma proposta de plano de ação integrada para atenção especializada à saúde sexual e reprodutiva, considerando os atores e instituições da rede de atenção nas cidades (setembro/2025); 15) pactuar esse plano com os atores das redes interssetoriais (outubro a novembro/2025); e 16) acompanhar as ações do plano pactuado (a partir de novembro/2025). Um dos principais encaminhamentos do grupo foi a inclusão de temas como fraldas descartáveis e absorventes menstruais na análise diagnóstica, considerando a ausência de coleta regular de resíduos sólidos nas comunidades. Também foi proposta a criação de um comitê de monitoramento específico para o eixo de saneamento dentro da TI, reforçando o compromisso com a participação das lideranças locais. Além disso, as discussões evidenciaram a necessidade de aprimorar a articulação interfederativa, especialmente diante da sobreposição de iniciativas com outros instrumentos de cooperação da Funai voltados à coleta seletiva e à atuação de catadores no território, apontando para desafios consideráveis de governança e coordenação, que deverão ser enfrentados nas próximas etapas da implementação. Dessa forma, a matriz RACI apontou que a FUNAI assume papel de aprovadora em quatro das sete ações, especialmente nas etapas iniciais de diagnóstico e mapeamento (ações 1, 2, 5 e 6), reafirmando sua função central na validação das propostas e no alinhamento com os demais parceiros. Como responsável direta, a FUNAI atua em articulação com SESAI e outras instituições nos momentos de implementação, como nas ações 3 e 7. A SESAI/MS figura como responsável ou consultada em ações relacionadas à saúde, enquanto as instituições parceiras (como prefeituras e organizações da sociedade civil) foram majoritariamente identificadas como consultadas, especialmente na organização de atividades educativas e no planejamento intersetorial. Lideranças e associações indígenas aparecem como informadas ou consultadas, com participação relevante nas ações localizadas. Na visão do grupo, a Fiocruz, por sua vez, foi indicada como informada, mas devido a sua contribuição com subsídios técnicos e metodológicos na construção das ações, deve também ser consultada e participada sobre todos os processos. A RACI da 3.3 evidencia a aposta em uma coordenação compartilhada e multissetorial, buscando superar fragmentações e garantir o acesso a políticas públicas integradas e culturalmente adequadas no território Yanomami.

META 3 – ATIVIDADE 3.4

- **Plano de ação 3.4** – O plano de ação resultante da atividade definiu dez ações prioritárias: 1) realização de diagnóstico quantitativo sobre violência de gênero na Terra Indígena Yanomami (abr–jun/2025), 2) escuta com mulheres indígenas sobre o fluxo de atendimento e formas adequadas de apoio (out/2025), 3) estudo

antropológico sobre a compreensão Yanomami da violência e da institucionalização de crianças (ago/2025), 4) articulação com o Sistema de Garantia de Direitos para debater dados e subsidiar fluxos de atendimento (out/2025), 5) rodas de conversa na CASAI com mulheres indígenas em situação de violência (dez/2025), 6) reuniões com lideranças e instituições parceiras para debater desafios e soluções de atendimento (mar/2026), 7) elaboração de novo fluxo de atendimento com base nos insumos das escutas e reuniões (ago/2026), 8) oficinas com crianças, adolescentes e mulheres sobre enfrentamento à violência de gênero (ago/2026); 9) oficinas sobre direito à convivência familiar e comunitária (ago/2026) e 10) roda de conversa final na CASAI com devolutiva dos resultados e fortalecimento das estratégias de proteção (ago/2026). A matriz RACI elaborada para essas ações apontou que a FUNAI atua como responsável direta em sete das dez ações, reforçando seu papel operativo no território. Além disso, exerce função de aprovadora em quatro ações estratégicas – como o diagnóstico, o estudo antropológico e a definição do novo fluxo de atendimento –, evidenciando sua centralidade na coordenação e validação das estratégias. As instituições do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo órgãos do Judiciário e da assistência social, foram identificadas majoritariamente como consultadas, especialmente nas ações voltadas à revisão dos fluxos e fortalecimento da rede. Já as lideranças e mulheres indígenas foram posicionadas como informadas ou consultadas, com papel ativo nas ações de escuta, rodas de conversa e oficinas, refletindo o esforço de inclusão e protagonismo indígena no processo. A Fiocruz, por sua vez, figura principalmente como informada, mas devido a sua atuação técnica e metodológica transversal deve também ser consultada e participada em todos os processos. A RACI evidencia, assim, uma estratégia de governança compartilhada, na qual a FUNAI a implementação articulada com múltiplos atores, valorizando a escuta territorial e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Resultados alcançados no período - META 4

Durante a oficina de planejamento, o grupo da Meta 4 mapeou 22 atores diretamente envolvidos com as ações previstas. A partir desse levantamento, estruturaram-se discussões voltadas ao fortalecimento da governança dos TED e à qualificação da logística, organização e sistematização de dados. Foram destacadas questões como a padronização e centralização de informações em ferramentas digitais, o estabelecimento de polos de entrega como modelo replicável e a unificação de cronogramas e relatórios entre as organizações parceiras. Também se discutiu a necessidade de apoio logístico coordenado, capacitação para entrada de parceiros no território e criação de mecanismos de escuta ativa das comunidades. A escassez de recursos humanos da Funai para acompanhamento técnico foi identificada como um gargalo central, reforçando a urgência de contratação e da estruturação de canais de participação comunitária para garantir que as ações reflitam as necessidades reais e respeitem as dinâmicas socioculturais do território. Abaixo, encontram-se os resultados detalhados, incluindo cronograma, de acordo com o plano de ação produzido para cada uma das atividades.

META 4 ATIVIDADE 4.1

- **Plano de ação 4.1** – Para execução do plano de ação da atividade 4.1 o grupo partiu do mapeamento de atores-chave para definir oito atividades necessárias para o acompanhamento das ações da Funai em relação à segurança alimentar. (1) Realizar o levantamento das ações que estão em curso (abr-jun/2025), sob responsabilidade das equipes técnicas locais, com a Funai atuando como instância consultada e informada. (2) Criação de ferramenta de inteligência de dados, incluindo dashboards e aplicativo (jul-set/2025), responsabilidade atribuída à equipe técnica especializada, com consulta à Funai e às instituições parceiras. (3) Criação de modelo de organização de dados para monitorar entregas de ferramentas e hortifrutis (jul-set/2025), conduzida pelas equipes logísticas e administrativas, sendo a Funai consultada e informada. (4)

Padronização dos dados para as entregas de suprimentos (jul-set/2025), com responsabilidade das equipes de logística, apoio da frente de proteção e consulta à Funai. (5) Centralização dos dados de entrega dos diferentes suprimentos (jul-set/2025), atribuída às equipes logísticas, com a Funai como responsável pela aprovação final. (6) capacitação da equipe para padronização dos dados (out-dez/2025), sob responsabilidade da equipe de logística e administrativa, com consulta a instituições parceiras e informação às lideranças envolvidas. (7) Elaboração do fluxo de comunicação e entrega de relatórios com os parceiros que realizam entregas de hortifrutis (abr-jun/2025), conduzida pela equipe gestora, com a Funai como informada e os parceiros como destinatários das informações. (8) Mapeamento e georreferenciamento da Terra Indígena (abr-jun/2025), responsabilidade da equipe técnica especializada, com a Funai como consultada e os demais órgãos como informados.

META 4 – ATIVIDADE 4.2

· **Plano de ação 4.2** - Foram planejadas sete ações no âmbito da Atividade 4.2, voltadas ao levantamento da cultura alimentar Yanomami e Ye'kwana, bem como à articulação de parcerias institucionais para fomentar sistemas agroecológicos. (1) Organização do cronograma das ações dos parceiros executores (abr-jun/2025), sob responsabilidade técnica de equipe de apoio logístico, com consulta à Funai e instituições parceiras, e informação aos órgãos governamentais e associações. (2) Sistematização dos relatórios e materiais das visitas em campo (jul-set/2025), articulando múltiplos responsáveis com consulta cruzada entre instituições e informação às lideranças. (3) Contribuição na organização dos planos de logística dos parceiros executores (jul-set/2025), também sob liderança das equipes de apoio logístico, com aprovação por parte da Funai e consulta a instituições parceiras e órgãos governamentais. (4) Acompanhamento das equipes dos parceiros nos ingressos à Terra Indígena, incluindo instituições como IFERR, EMBRAPA e IPHAN (out-dez/2025), sob responsabilidade de diferentes frentes de proteção e com consulta direta aos órgãos governamentais, instituições parceiras e à Funai. (5) Formação e capacitação indígena para apoiar os parceiros executores (jan-mar/2026), com execução por equipes técnicas em articulação com instituições de formação, sob consulta às lideranças e informação à Funai. (6) Estruturação de um processo de escuta das comunidades sobre os resultados das ações implementadas (abr-jun/2026), garantindo que lideranças fossem aprovadoras e os órgãos e instituições fossem informados. (7) Criação de um modelo de relatório para identificar indicadores de impacto (jul-set/2026), com responsabilidade compartilhada entre equipes técnicas e consulta a todos os segmentos institucionais envolvidos. A análise da matriz RACI evidenciou um equilíbrio entre a coordenação técnica e a articulação institucional, com clara definição dos responsáveis pela execução das ações e envolvimento ativo da Funai como aprovadora ou consultada em quase todas as etapas. A participação das lideranças indígenas foi assegurada principalmente em momentos de escuta e validação das ações (ações 6 e 7), reforçando o compromisso com uma abordagem participativa. A consulta frequente a instituições parceiras e órgãos governamentais garantiu alinhamento interinstitucional, fundamental para a gestão integrada dos TEDs em curso e o fortalecimento da soberania alimentar nos territórios Yanomami e Ye'kwana.

META 4 – ATIVIDADE 4.3

· **Plano de ação 4.3** - Foram definidas oito ações no plano de ação da atividade 4.3. A primeira ação será o diálogo com organizações comunitárias (1), programada entre abril e julho de 2025. Em seguida, será feita a identificação das comunidades e cadeias prioritárias (2), a ser realizada no mesmo período. A terceira ação é a formação de equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (3), prevista para julho a dezembro de 2025. A quarta ação corresponde ao acompanhamento do cronograma de execução das ações (4), com início em julho de 2025 e continuidade até março de 2026. A quinta ação refere-se à organização dos relatórios (5), também com duração entre julho de 2025 e março de 2026. A sexta ação será o apoio logístico às equipes de ATER (6), com execução de julho de 2025 a dezembro de 2026. A sétima ação tratará da escuta das

comunidades sobre as ações realizadas (7), prevista entre outubro de 2025 e dezembro de 2026. Por fim, a oitava ação visa a criação de um modelo de relatório para identificação de indicadores (8), com cronograma entre outubro de 2025 e dezembro de 2026. A análise da matriz RACI evidenciou uma forte centralização da responsabilidade nas equipes técnicas diretamente vinculadas à Funai, o que reflete a execução direta dos TEDs. As lideranças indígenas e as associações locais foram identificadas como atores prioritariamente informados ou, pontualmente, consultados, o que indica uma necessidade de ampliar sua participação nas fases de decisão e avaliação. A Fiocruz foi apontada como parte consultada em algumas etapas, enquanto órgãos governamentais e instituições parceiras desempenharam papéis principalmente de consulta e apoio técnico. A estrutura de responsabilidades aponta para um modelo coordenado, porém ainda com desafios no que diz respeito ao protagonismo indígena na definição e monitoramento das ações relacionadas às cadeias produtivas.

META 4 – ATIVIDADE 4.4

· **Plano de ação 4.4** – O plano da atividade 4.4, conta com sete ações prioritárias. A primeira envolve o diálogo e/ou retomada de conversas com organizações e projetos (1), será realizada entre abril e junho de 2025. Em seguida, o plano contempla o acompanhamento do processo de contratação de itens (2), com início também em abril de 2025 e continuidade até setembro. A terceira ação é a organização da logística para entrega dos itens (3), prevista entre julho de 2025 e março de 2026. Já o apoio à estruturação e melhoria das cadeias de valor (4) se estende de julho de 2025 a setembro de 2026. A quinta e sexta ações são o mapeamento de cadeias prioritárias (5) e o monitoramento dessas cadeias com as comunidades (6), programadas entre julho de 2025 e dezembro de 2026. Por fim, a criação de modelo de relatório para indicadores (7) ocorrerá entre outubro de 2025 e março de 2026. A análise da matriz RACI evidencia que a responsabilidade pelas ações está distribuída entre equipes técnicas internas e instituições parceiras, com destaque para o papel ativo da Funai tanto na aprovação quanto no acompanhamento das atividades. As lideranças das regiões e as associações locais aparecem como atores consultados ou informados, o que reforça a necessidade de consolidar mecanismos de participação e controle social mais efetivos. A Fiocruz e outras instituições parceiras aparecem pontualmente na matriz, com funções consultivas. O modelo de responsabilidades revela um esforço de articulação interinstitucional, embora ainda haja espaço para ampliar a participação ativa das comunidades nas etapas decisórias e de avaliação, em linha com os princípios da governança indígena e da PNAPO.

Resultados Alcançados no período - META 5:

Os principais resultados da Meta 5 alcançados durante a oficina foram o mapeamento de 29 atores-chave, a identificação da necessidade de estruturação de um modelo integrado de monitoramento e acompanhamento das ações socioambientais da TIY, com foco na logística das operações de campo e na articulação com instrumentos de gestão territorial. Na Atividade 5.1, destaca-se a definição de oito ações estratégicas para implementação de um sistema de monitoramento, desde o alinhamento entre instituições envolvidas até a socialização de dados com as comunidades e a revisão do processo a partir da escuta ativa. A Atividade 5.2 complementa esse processo com seis ações voltadas ao apoio logístico e administrativo para viabilizar as atividades em campo, incluindo o controle do uso de horas de voo e o ingresso das equipes nas terras indígenas. Já a Atividade 5.3 aprofunda a articulação institucional e o alinhamento com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), por meio da sistematização do Plano de Desenvolvimento Sustentável da TI Yanomami, da construção de uma ferramenta de monitoramento com indicadores consensuados entre metas e com os indígenas. Em todas as atividades, observou-se distribuição de responsabilidades entre Funai/Fiocruz, instituições executoras e organizações indígenas, com papel importante das comunidades na

validação e no acompanhamento das ações, em conformidade com o Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana. Abaixo, encontram-se os resultados detalhados, incluindo cronograma, de acordo com o plano de ação produzido para cada uma das atividades.

META 5 – ATIVIDADE 5.1

· **Plano de ação 5.1** – O plano de ação da atividade 5.1 partiu do mapeamento de atores e seguiu para a organização da estrutura do monitoramento identificado como parte do diagnóstico. Para isso, propôs-se um conjunto de ações que envolvem a realização de reuniões com as instituições envolvidas, a transmissão e validação dessas ações e de informações com as organizações do território, bem como o acompanhamento das atividades realizadas. Nesse sentido, foram levantadas oito ações para essa atividade: 1) realizar reunião de alinhamento entre instituições envolvidas para revisar objetivos e estratégias do projeto (abr/2025); 2) identificar e validar com organizações indígenas os protocolos existentes e propor adequações, quando necessário (mai/2025); 3) mapear áreas prioritárias de monitoramento com base em critérios técnicos e comunitários (mai–jun/2025); 4) organizar cronograma e logística das atividades de campo com parceiros institucionais (jun/2025); 5) acompanhar e apoiar tecnicamente as ações de campo (jul/2025 a dez/2026); 6) realizar oficinas com participação indígena para socialização dos dados e escuta ativa (ago/2025, fev/2026 e ago/2026); 7) consolidar as informações coletadas em relatórios periódicos compartilhados com os parceiros (out/2025, mar/2026 e nov/2026); e 8) revisar e aperfeiçoar o processo de monitoramento com base nas lições aprendidas e na escuta das comunidades (dez/2026). Na visão do grupo, a FUNAI e Fiocruz, como sua parceira, desempenham papel de responsável direta por coordenar a maioria das ações, especialmente aquelas ligadas ao alinhamento institucional, à organização logística e ao apoio técnico às atividades de campo. As organizações indígenas foram indicadas como consultadas em todas as etapas e informadas nos momentos de consolidação e socialização das informações. Parceiros institucionais, como instituições de pesquisa e órgãos ambientais, foram classificados como responsáveis ou corresponsáveis pelas ações de mapeamento técnico, apoio às oficinas e produção de relatórios. A participação das comunidades indígenas no acompanhamento e validação das atividades foi considerada essencial para garantir legitimidade ao processo e adequação às realidades locais.

META 5 – ATIVIDADE 5.2

· **Plano de ação 5.2** – Como resultado do planejamento, foram definidas seis ações prioritárias: 1) realizar reuniões periódicas com a equipe envolvida (abr–dez/2025); 2) apoiar a organização das oficinas de planejamento e apresentação dos resultados (mai–ago/2025); 3) apoiar a realização das atividades de campo (jul/2025–dez/2026); 4) instruir e acompanhar o procedimento de ingresso da equipe na Terra Indígena Yanomami (jun/2025–mar/2026); 5) organizar a logística aérea (jul/2025–dez/2026); e 6) apoiar o controle e monitoramento dos contratos de horas de voo da Coordenação Regional de Roraima (ago/2025–dez/2026). A análise da matriz RACI indicou a Funai como responsável por ações relacionadas à articulação institucional, logística e acompanhamento administrativo. A UnB, executora do TED vinculado à atividade, foi apontada como responsável pela condução metodológica e técnica do plano. As organizações indígenas foram classificadas como consultadas, especialmente no planejamento das ações de campo e validação dos resultados, e informadas ao longo do processo. A participação efetiva das comunidades foi considerada fundamental para assegurar o alinhamento das ações com os instrumentos de governança do território, como o PGTA e o Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana.

META 5 – ATIVIDADE 5.3

· **Plano de ação 5.3** – Como resultado, o desenvolvimento da atividade foi estruturado em quatro ações principais:

1) sistematizar as ações do Plano de Ação de Desenvolvimento Sustentável da TI Yanomami (jun–ago/2025); 2) realizar reuniões de articulação entre as equipes das metas e com parceiros institucionais para garantir o alinhamento ao PGTA e ao Protocolo de Consulta (jul–dez/2025); 3) construir uma ferramenta de monitoramento com base em indicadores acordados (jan–mar/2026); e 4) acompanhar e avaliar a implementação das ações, com base nas diretrizes do PGTA e do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana (abr/2026 a dez/2027). A análise RACI indicou a Funai como responsável direta pelas ações de articulação institucional e elaboração da ferramenta de monitoramento, com participação destacada da Coordenação de Gestão Ambiental e da Coordenação-Geral de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. As organizações indígenas foram indicadas como consultadas na construção do instrumento e no acompanhamento das ações, e informadas nos momentos de consolidação dos dados. A UnB e outros parceiros institucionais foram classificados como corresponsáveis na definição de indicadores e no apoio metodológico ao monitoramento.

5. Considerações Gerais

Declaro para os devidos fins que todas as ações executadas foram para o desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos em observância aos princípios públicos que norteiam a correta utilização do recurso.

Guilherme Franco Netto
Coordenador Geral do Projeto
SIAPE 0519807



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME FRANCO NETTO, Especialista em Saúde Pública**, em 17/04/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4932212** e o código CRC **89591554**.

Referência: Processo nº 25380.005552/2024-93

SEI nº 4932212

Gestor: COGEPLAN
Versão: 01 - janeiro/2025